

EXPEDIENTE DO DIA

EM 18/08/09
[assinatura]



Câmara Municipal de Marechal Floriano
Protocolado Sob nº 0946
Em 18/08/2009
[assinatura]
ENCARREGADO

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº. 079/2009

**"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO
DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SOÍDO DE
BAIXO - ADESB."**

A Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais:

APROVA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Soído de Baixo, inscrito no CNPJ sob nº 10.838.384/0001-70, fundada em 7 de maio de 2005, entidade civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede na Rodovia João Batista Klein, no Salão Comunitário da Comunidade de Nossa Senhora Auxiliadora.

Art. 2º - Fica assegurado a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Soído de Baixo, todas as vantagens, prerrogativas, isenções e outros benefícios da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2009.

[assinatura]
Gabriela Stockl Ronchi
Vereadora

ado pela
da matéria
28/08/09

Ofício G.S.R. Nº: 014/2009
Retirado de Pauta
Em 28/08/2009
[assinatura]
Assinatura do Presidente



1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE
SOÍDO DE BAIXO (ADESB) REALIZADA EM
23/12/2008, EM SOÍDO DE BAIXO,
MARECHAL FLORIANO – ES.**

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e oito, com início às dezenove horas, no salão da comunidade de Nossa Senhora Auxiliadora, Rodovia BR 262, km 56, Soído de Baixo, Marechal Floriano, Espírito Santo, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SOÍDO DE BAIXO (ADESB). O Presidente da Entidade, Sr. João Aroldo de Oliveira, verificando quorum em segunda convocação, chamou a todos bem vindos e iniciou a Assembleia passando aos presentes de forma lida o Edital de Convocação da presente AGE, publicado no Diário Oficial do Estado e datado do dia três de dezembro de dois mil e oito, onde constava a seguinte pauta: a) Análise e votação do Estatuto da entidade; b) Eleição para composição dos cargos: Conselho Diretor – CD; e Conselho Fiscal – CF; c) Outros Assuntos de interesse da Entidade. Passando à discussão dos assuntos, o Presidente apresentou ao plenário o assunto inicial - a) Análise e votação do Estatuto da entidade: Passou a proposição do **Estatuto da Associação**, cujo contexto foi discutido, sendo aprovado pelos presentes com o seguinte teor:

"Capítulo I - Da Denominação, Natureza, Sede e Duração: Artigo 1 - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Soído de Baixo, fundada em sete de maio de dois mil e cinco, é uma Associação, de natureza Civil Sem Fins Lucrativos, que se regerá por este Estatuto e pela legislação em vigor, e sua duração é por prazo indeterminado. **Artigo 2 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Soído de Baixo tem sede e foro na cidade de Marechal Floriano, Rod João Batista Klein s/nº – Soído de Baixo, Marechal Floriano - ES, podendo abrir filiais em outros municípios, estados da Federação e no exterior. Capítulo II - Dos Objetivos: Artigo 3 - A Associação tem como princípios: I - Independência de qualquer vinculação político-partidária ou religiosa, II - A defesa e a promoção dos princípios da democracia, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, III - O combate a toda discriminação de credo, raça, cor ou gênero, IV - Preferência pela via que estimule a parceria, o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos econômicos e sociais, sejam do setor público, privado ou do terceiro setor, V - Universalidade dos serviços e benefícios. Artigo 4 - A Associação tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social, integrado e sustentável, da localidade de Soído de Baixo, através da integração entre o setor privado, a comunidade e o governo, em suas três esferas. Também serão suas finalidades precípuas: I - Coordenar e/ou implementar programas e projetos gerados pelas necessidades da comunidade de Soído de Baixo, ficando responsável por conduzir a execução garantindo sua fidelidade ao projeto, II - Promover parcerias entre organizações da sociedade civil com órgãos públicos e organismos de cooperação técnica e financeira nacionais e internacionais ou instituições privadas, III - Estimular a criação de uma rede parceiros, composta por organizações da sociedade civil e voltada para o apoio na implementação dos diversos programas e projetos, IV - Promover o desenvolvimento sustentável, ambiental econômico e social, e o combate à pobreza, observando os projetos e princípios dessa instituição, V - Promover a experimentação de novos modelos associativo-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e microcrédito. VI - Promover a ética, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais, VII - Promover, manter e incentivar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo, VIII - Promover a qualificação**

profissional em campos auxiliares aos seus objetivos maiores e a consequente integração ao mercado de trabalho dos novos profissionais qualificados. IX - Promover regularmente programas de capacitação técnica, voltados para a comunidade de Soído de Baixo, buscando garantir o ingresso de novos associados com qualificação necessária para atuar de maneira participativa na condução e implementação dos programas e projetos em que essa associação atue. X - Organizar, divulgar e realizar, periodicamente, reuniões e eventos para mobilizar a participação da comunidade no processo de discussão das ações a serem executadas por esta Associação; XI - Promover meios e atividades que visem a melhorar e elevar os índices de produção e produtividade das atividades rurais trabalhadas pelos associados e suas famílias. XII - Auxiliar na promoção da comercialização de insumos e da produção agrícolas em geral, nos mercados interno e externo. XIII - Melhorar a condição de vida e o bem estar social e cultural dos associados. XIV - Fomentar a busca por alternativas agropecuárias que possam ajudar no desenvolvimento econômico da comunidade e município, XV - Defender e valorizar a imagem da comunidade assim como cooperar tudo quanto possa concorrer para a prosperidade da localidade onde atua. XVI - Fazer reivindicações junto aos poderes públicos nas três esferas de governo para a melhoria da comunidade bem como das comunidades vizinhas. XVII - Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção e servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de insumos e da produção. XVIII - Promover e realizar eventos de lazer e esporte para a comunidade, assim como buscar recursos para investimentos em locais para a realização dos mesmos. XIX - Prestar serviços aos associados, desde que esteja garantida a satisfação das necessidades dos associados, visando promover a fraternidade, a solidariedade e o fortalecimento da associação divulgando a importância de uma sociedade civil organizado no processo de desenvolvimento local. XX - Estabelecer intercâmbio e promover ações comuns com demais organizações civis.

Capítulo III - Da Composição Social e Responsabilidade de Seus Associados: Seção

I - Dos Associados e demais Membros. **Artigo 5** - Serão associados da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Soído de Baixo: I - Efetivos, II - Honorários, III - Colaboradores. **Parágrafo Primeiro** - Poderão ser associados efetivos dessa

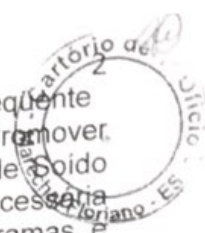
Associação, as pessoas físicas que forem residente na comunidade de Soído de Baixo ou que atuem na mesma através empreendimentos. **Parágrafo Segundo** - A condição de Associado só se conserva enquanto perdurar seu papel como residente da comunidade ou atuante na mesma, ficando, com isso, automaticamente desligado da Associação a partir do momento em que não mais cumprir os requisitos aqui estabelecidos. **Parágrafo**

Terceiro - Cabe exclusivamente aos associados efetivos o dever de votar e ser votado nas assembléias internas e também de compor os órgãos deliberativos colegiados, aqui entendidos Assembléia Geral e Conselho Diretor, responsáveis pela gestão indireta dessa entidade. **Parágrafo Quarto** - Serão associados honorários aqueles que prestarem

reconhecidos serviços à associação ou à sua causa, conforme venham a ser reconhecidos por ato da Assembléia Geral. **Parágrafo Quinto** - Serão Associados Colaboradores aqueles que se comprometerem a colaborar com a associação com recursos de toda sorte, que não atinjam seus princípios e objetivos, na forma determinada pelos editais lançados pela Assembléia Geral e pelo Conselho Diretor, sendo admitidos em respeito a esses mesmos editais. **Parágrafo Sexto** - Serão honorificamente

considerados fundadores todos aqueles que participarem da assembléia de fundação da associação, independentemente de título de associado, não lhes sendo devido por esse título qualquer tratamento distinto, seja em direitos ou deveres, a não ser que expressamente descrito nesse estatuto. **Artigo 6** - Poderão ingressar na associação os

residentes da comunidade ou que atuem na mesma, desde que concordem com as disposições deste estatuto e que pela ajuda mútua desejem contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade. **Parágrafo Primeiro** - A região de atuação da Associação



Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.

concentrar-se-á na localidade de Soído de Baixo município de Marechal Floriano.

Parágrafo Segundo – Não haverá limite máximo de associados, mas em hipótese alguma o número de associados poderá ser inferior a treze. **Parágrafo Terceiro** – Para associar-se o interessado preencherá uma proposta fornecida pela associação e assinada juntamente com dois membros da diretoria (presidente e secretária). **Parágrafo Quarto** –

A admissão do associado será efetivada somente após a aprovação da assembléia geral sendo necessária à maioria simples dos votos do quadro social, respeitando os preceitos estabelecidos nesse estatuto. **Parágrafo Quinto** – São considerados dependentes dos sócios, as esposas ou companheiras e os filhos até 18 anos que estão sob

responsabilidade dos pais. **Artigo 7** – As pessoas jurídicas poderão se juntar à iniciativa na qualidade de Parceiros institucionais, sendo esses aqueles que forem a esse título reconhecidos pela Assembléia Geral da instituição e que contribuam de forma consistente para a manutenção da associação, de seus projetos ou dos seus objetivos institucionais.

Artigo 8 - Para efeito de regras estatutárias e acessórias a ela aplicáveis, serão considerados genericamente Membros, todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sido admitidas aos órgãos da Associação para junto a eles, direta ou indiretamente, participar, atuar ou prestar serviços, inclusive associados, funcionários, pessoas físicas e jurídicas e seus representantes. **Seção II - Da Responsabilidade e Preposição.** **Artigo 9** - Os Associados e demais membros da Associação não

responderão, em qualquer situação, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais. **Artigo 10** - A nenhum membro da Associação será presumida a preposição ou representação da entidade sem que porte instrumento expresso e determinado de outorga ou delegação ou, ainda, ocupe cargo ou função determinados expressamente neste estatuto. **Seção III - Dos Direitos e Deveres.** **Artigo 11** - Todo Membro para vir a sê-lo e

assim continuar, deve reconhecer e adotar o estatuto da Associação, propugnar por seus objetivos, apoiar suas ações e adotar seus princípios éticos e normas de conduta, engajando-se em fazer com que sejam respeitados. **Artigo 12** - Aos Associados Efetivos cabe o direito de votar nas Assembléias, assim como o direito de serem votados para os cargos que lhes sejam exclusivos. **Artigo 13** – Para os membros efetivos se

candidatarem aos cargos do Conselho Diretor e Conselho Fiscal é exigido a filiação à entidade por mais de 12 (Doze) meses no mínimo, sem interrupção e estarem quitadas as suas contribuições para com a Associação. **Artigo 14** – Solicitar a qualquer tempo esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor medidas que

judicarem de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento. **Artigo 15** - Os Associados e demais Membros devem participar das atividades da Associação, zelando pelo seu bom desempenho administrativo, programático e financeiro, promovendo sua boa imagem, a de seus associados e membros, de seu corpo funcional e das organizações parceiras. **Artigo 16** - É dever dos Associados e demais Membros participar

e comparecer às Assembléias e reuniões para as quais tiverem sido regularmente convocados assim como colaborar com os órgãos da instituição e responder a eles quanto aos atos de sua competência além de assumir as seguintes responsabilidades: I – Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações tomadas pelo Conselho Diretor e pela Assembléia Geral. II – Respeitar os compromissos para com a associação. III – Contribuir por todos os meios ao seu alcance para o bom nome e

progresso da Associação. IV – Indenizar a Associação por qualquer prejuízo material por si e por qualquer de seus dependentes. V – Zelar pelo patrimônio da Associação. VI – Dirigir-se em termos respeitosos ao Conselho diretor, ao Conselho Fiscal e aos funcionários da Associação e portar-se com correção nas dependências da Associação. VII – Pagar a contribuição associativa nas datas estabelecidas. VIII – Desempenhar com zelo e dedicação o cargo ou função para que foi eleito ou indicado em que tenha sido investido. **Artigo 17** - Todo Associado efetivo ou colaborador é parte legítima para

movimentar procedimento ético disciplinar em face de outro Associado ou Membro. **Artigo 18** - O Associado ou Membro **Seção IV - Da Exclusão e da suspensão de direitos.**



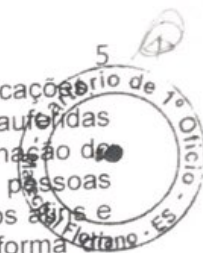
[Handwritten signature]

será desligado da Associação quando assim quiser. **Parágrafo único** - A manifestação de desligamento do associado que ocupe cargo dirigente da associação somente se fará por via expressa e somente terá validade a partir do momento em que o órgão ao qual estiver vinculado entender por prestadas as contas daquilo que houver sido sua responsabilidade. **Artigo 19** - O Associado ou Membro poderá ainda ser advertido, sob pena de suspensão ou desligamento da Associação quando: I - Deixar de comparecer a reuniões do órgão da Associação ao qual estiver vinculado, sem justificativa, de modo que comprometa o seu melhor andamento, conforme regimento interno, II - Contrariar, por seus atos, práticas ou palavras, direta ou indiretamente, os objetivos descritos neste estatuto e nos códigos de conduta que a Associação vier a adotar, III - Deixar de cumprir com suas obrigações para com a Associação, IV - Tiver comportamento incompatível ao espírito cooperativo e associativo, V - Insubordinar-se aos fóruns internos de deliberação estabelecidos e às diretrizes da instituição, VI - Agir, do ponto de vista da entidade, de forma improba ou contrária à ordem pública e à lei, ou, que cause danos de qualquer natureza à Associação, à sua imagem e a de seus Associados e demais membros. **Artigo 20** - A competência para instruir processo de exclusão será do Conselho Diretor para julgamento da **Assembléia Geral**, aplicando as penalidades impostas pela assembléia geral, aos associados e demais membros da Associação encaminhando ao interessado a notificação, por método eficaz, que produzirá seus devidos efeitos a partir da data de sua expedição e escritura no livro atas da associação. **Parágrafo Primeiro** - A regra estabelecida nesse artigo não se aplica aos funcionários e demais prestadores de serviços da Associação cuja competência será da Secretaria Executiva. **Parágrafo Segundo** - Será de competência da Assembléia Geral julgar todos os casos dúbios ou duvidosos podendo ainda, por sua iniciativa e deliberação, atrair para si a competência estabelecida no caput desse artigo a outros órgãos. **Parágrafo Terceiro** - Sem prejuízo da celeridade e efetividade dos processos, será garantida a ampla defesa dos interessados. **Artigo 21** - A exclusão do associado ocorrerá por morte ou por deixar de atender aos requisitos exigidos na sua admissão ou permanência na associação. **Artigo 22** - Os Associados que prestarem serviços administrativos remunerados à Associação terão seus direitos suspensos enquanto perdurar essa situação. **Capítulo IV - Das Rendas, Patrimônio e sua Destinação. Seção I - Das Rendas e Patrimônio; Artigo 23** - O patrimônio da Associação será constituído por: I - Doações de bens, valores e direitos, II - Bens, valores e direitos provenientes de rendas patrimoniais, III - Bens, valores e direitos derivados das atividades exercidas pela entidade, IV - Edição de publicações, filmes, vídeos, sites e outras mídias e toda sorte de produção cultural, sobre matérias correlatas aos seus objetivos, V - Campanhas para arrecadação de recurso, tais como incentivos a doações, venda de produtos, publicações etc, desde que não se revista de atividade principal e, também, que todo o resultado dessas atividades reverta para o cumprimento dos objetivos estatutários da Associação, VI - Subvenções e recursos de dotação pública nacional e/ou internacional que se incorporem a seu patrimônio, VII - Subvenções e recursos de financiadores privados nacionais e internacionais que se incorporem a seu patrimônio, VIII - Coordenação da comercialização de insumos e produtos agrícolas de qualquer espécie, - IX - Outras fontes aprovadas pela Assembléia Geral. **Seção II - Da Aplicação de Recursos. Artigo 24** - Todo patrimônio e receitas da Associação deverão ser investidos nos objetivos da entidade, nesse caso também compreendidos aqueles que se destinam à capacitação de seus associados e demais membros para melhor exercício de suas funções, e sempre ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento administrativo. **Artigo 25** - Na aplicação e gastos da Associação deverão ser respeitadas em analogia ou em respeito às suas limitações legais, as regras que disciplinam os gastos de erário público como publicidade, probidade, impessoalidade, moralidade, legalidade, economicidade e eficiência. **Artigo 26** - Aos associados e demais membros, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, não será admitida a percepção de qualquer distribuição de



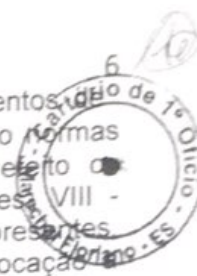
[Handwritten signature]

lucros, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, ou outras vantagens pecuniárias auferidas mediante o exercício das atividades da organização. **Seção III - Extinção e Destinação do Patrimônio.** **Artigo 27** - Extinta a Associação, seu patrimônio será revertido a pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, que tenham atividade e objetivos afins e ostentem título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma disposta pela lei 9790/99, submetendo à decisão da Assembléia Geral. **Parágrafo primeiro** - Fica expressamente ressalvada a destinação específica de parcela do patrimônio que derive de doação condicionada ou financiamento de qualquer sorte nos quais houver cláusula inequívoca e expressa que regulamente a destinação do patrimônio doado ou repassado, em caso de extinção da Associação. **Parágrafo segundo** - A extinção e liquidação da Associação competirão à Assembléia Geral na forma da lei. **Capítulo V - Da Administração. Seção I - Dos Órgãos e Aspectos Gerais.** **Artigo 28** - A administração da Associação é exercida por seus órgãos, observadas as competências a eles atribuídas neste estatuto. **Parágrafo único** - Não haverá remuneração para o exercício dos cargos atribuídos exclusiva e diretamente aos Associados Efetivos. **Artigo 29** - São órgãos da Associação: I - Assembléia Geral, II - Conselho Diretor, III - Secretaria Executiva, IV - Conselho Fiscal. **Seção II - Da Assembléia Geral.** **Artigo 30** - A Assembléia Geral é o órgão supremo e congregador da Associação. A ela compete, genericamente, a gestão da entidade, a estipulação de suas regras administrativas e de suas alterações, cabendo-lhes todos os poderes e deliberações que bem entender na administração direta ou indireta da entidade, bem como a deliberação quanto a seus métodos, fins, regras genéricas, específicas e estatutárias. **Subseção I - Das sessões da Assembléia Geral e suas convocações.** **Artigo 31** - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano, até o final do primeiro quadrimestre de cada ano, devendo deliberar sempre por maioria simples de seus componentes presentes quando não for contrariamente determinado por lei, por esse Estatuto ou por Regimento Interno competente. **Parágrafo Primeiro** - A Assembléia Geral somente decidirá validamente sobre as questões que constarem da pauta previamente estabelecida por quem a convocou, exceção feita àquelas que entender emergenciais ou aquelas nas quais comparecerem 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de seus membros. **Parágrafo Segundo** - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário e assim compreendido pela Presidência, por um terço dos membros titulares do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, pela Secretaria Executiva, ou por um quinto de todos os associados efetivos, respeitando-se antecedência mínima de 10 (dez) dias, salvo em casos de máxima urgência, quando não haverá necessidade de antecedência mínima. **Parágrafo Terceiro** - Afora o que for, regulado pelo Regimento Interno, a convocação da Assembléia Geral deve obedecer e sempre respeitar a publicação por via de edital, apregoado na sede da entidade e em pelo menos três lugares públicos na comunidade, com no mínimo 30 dias de antecedência, não excluindo as outras formas de comunicação. **Parágrafo Quarto** - Quando não for regulamentado em contrário por lei ou pelo Regimento Interno, o quorum mínimo de abertura dos trabalhos da Assembléia Geral é de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de seus componentes em primeira chamada, e, em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer quorum. **Parágrafo Quinto** - A votação nas assembleias gerais será o voto secreto, salvo a manifestação de no mínimo 2/3 dos membros presentes. **Subseção II - Das competências da Assembléia Geral.** **Artigo 32** - À Assembléia Geral, além do que lhe for determinado por lei ou por outros artigos desse estatuto e de suas normas acessórias, competirá: I - Definir o programa estratégico e operacional da Associação, II - Eleger e destituir, a seu entendimento, os membros do Conselho Diretor e seu Presidente, III - Eleger, empossar e destituir o Secretário Executivo dentre os nomes apresentados pelo Conselho Diretor, III - Aprovar planos de trabalho e metas para os exercícios futuros, IV - Aprovar relatórios de atividades, financeiros e contábeis da Associação, assim como sua prestação de contas

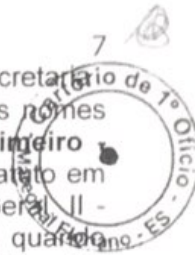


[Handwritten signature]

relativa ao exercício anterior, V - Aprovar as diferentes iniciativas e instrumentos operacionais e códigos de conduta, VI - Aprovar, alterar e tornar sem efeito as Normas Regimentos Internos aplicáveis aos órgãos da Associação e suas alterações, VII - Aprovar as alterações estatutárias com exigência do voto de dois terços dos presentes em assembléia convocada para esse fim, devendo haver em primeira convocação maioria absoluta dos associados, e em segunda convocação, meia hora após a primeira, com ao menos 1/3 (um terço) deles, IX - Aprovar a extinção da Associação e a destinação de seu patrimônio, X - Deliberar sobre todos os assuntos que digam respeito à gestão da entidade cuja competência não tenha sido estabelecida nesse estatuto a outro órgão, XI - Eleger e dar posse aos componentes do Conselho Fiscal, XII - Julgar os recursos que lhe forem encaminhados pelas decisões dos órgãos inferiores da Associação, XIII - Deliberar e referendar ou não sobre toda matéria que lhe for conduzida pelos órgãos inferiores sendo da competência desses últimos, XIV - Aprovar a aceitação de doações com encargos e condicionadamente, bem como as que possam acarretar ônus de qualquer natureza, XV - Solicitar esclarecimentos, relatórios e prestações de contas dos atos de qualquer membro da entidade que tenha para ela prestado serviço ou exercido função estatutária, reformando-os quando entender devido, XVI - É da Assembléia Geral a competência exclusiva e originária para julgar os atos do Presidente da Associação e para deconstituir a composição dos órgãos previstos estatutariamente, XVII - Estabelecer, se for o caso, o valor das contribuições dos associados, XVIII - Aprovar as propostas de admissão de novos associados ou rejeitá-las, bem como decidir sobre a eliminação dos membros. **Parágrafo Único** - No caso do inciso IX é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos presentes, ou com menos de um terço nas convocações seguintes. O mesmo quorum será exigido quando da destituição prevista nos incisos II e III. **Subseção III - Do Conselho Diretor. Artigo 33** - A Assembléia Geral elegerá um Conselho Diretor composto de 7 (sete) membros titulares, determinando entre os membros titulares quem seja o seu Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Secretário e 2º Secretário, todos para o exercício de mandato de 02 (dois) anos podendo ser reeleitos apenas uma vez sucessivamente, sendo, preferencialmente, membro domiciliado na comunidade de Soido de Baixo em Marechal Floriano. **Parágrafo primeiro** - Não poderá compor o Conselho Diretor aquele que estiver ocupando outro cargo estatutário na Associação. **Parágrafo segundo** - Não poderá compor o Conselho Diretor aquele que tiver alguma espécie de conflito de interesse não eventual com a Associação ou ainda com o cargo em si. **Artigo 34** - São atribuições e competências do Conselho Diretor, deliberando em colegiado e se fazendo representar por seu Presidente, as que forem estabelecidas em lei, em outros artigos desse estatuto, em seu Regimento Interno, as que lhe forem delegadas pela Assembléia Geral e, também: I - Zelar pelo cumprimento, cumprir e fazer com que se cumpram às disposições estatutárias, regimentais e das demais normas de conduta inerentes à organização, II - Aprovar a celebração de convênios, contratos, termos de parceria ou pactos de qualquer natureza, que resultem na instalação de Grupos Técnicos para gerência de projetos e programas, III - Celebrar, convênios, financiamentos, contratos, parcerias e termos de parcerias com instituições públicas, privadas ou não governamentais, nacionais ou internacionais, IV - Estabelecer procuradores para a defesa dos interesses da Associação e, ainda, para substituição das tarefas que lhe competem em suas faltas ou impedimentos, respondendo à Assembléia Geral por suas escolhas, V - Acompanhar as atividades da Associação e, em especial, da Secretaria Executiva, VI - Convocar reuniões da Assembléia Geral e de outros órgãos da Associação, quando definido neste Estatuto, Regimento Interno ou quando julgar necessário, VII - No caso de falta grave dispensar o Secretário Executivo, VIII - Propor a assembléia geral o valor da contribuição anual dos associados e fixar taxas destinadas às despesas operacionais e

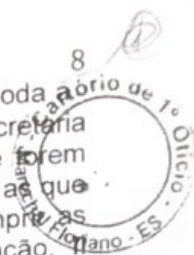


7
outras. IX - Avaliar o preenchimento dos cargos de segundo escalão da Secretaria Executiva, segundo proposta do(a) Secretário(a) Executivo(a), podendo vetar os nomes se votarem contrariamente 2/3 (dois terços) de seus membros. **Parágrafo Primeiro** - Compete ao Presidente, além do que lhe for determinado por lei e por este estatuto em outros artigos: I - Presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Assembléia Geral; II - Convocar reuniões da Assembléia Geral e de outros órgãos da Associação, quando definido neste Estatuto, Regimento Interno ou quando julgar necessário; III - Na inexistência, faltas ou impedimentos da Secretaria Executiva ou, ainda, complementarmente a ele naquilo que for determinado neste estatuto, representar a Associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, face à órgãos públicos e privados, pessoas físicas e jurídicas, privadas ou públicas, inclusive face a instituições bancárias para abrir, encerrar e movimentar contas. **Parágrafo Segundo** - Compete ao 1º Vice-Diretor, auxiliar o Presidente em suas atribuições e competências e substituí-lo em suas faltas e impedimentos. **Parágrafo Terceiro** - Compete ao 1º Tesoureiro e quando na falta ou impedimento deste, ao 2º Tesoureiro: I - Manter sob sua responsabilidade os valores da associação. II - Monitorar, dirigir, supervisionar e fiscalizar os trabalhos de finanças e manter a ordem a respectiva escrituração contábil em conformidade com a lei. III - Assinar cheques em conjunto com o presidente. IV - Apresentar a diretoria balancetes mensais e balanço anual acompanhados dos respectivos comprovantes. **Parágrafo Quarto** - Compete ao 1º Secretário e quando na falta ou impedimento deste, ao 2º Secretário: I - Coordenar e fiscalizar os trabalhos da Secretaria. II - Manter sob sua responsabilidade os arquivos e documentos da Associação. III - Redigir as atas das sessões da Assembléia Geral e do Conselho Diretor. IV - Auxiliar o Presidente no exercício de suas atribuições, assim como em atividades e tarefas para as quais for convocado. **Parágrafo Quinto** - Quando da vacância da Secretaria Executiva, o Presidente poderá constituir quem o substitua interinamente, até a próxima reunião da Assembléia Geral, delegando-lhe os poderes inerentes ao cargo. **Parágrafo Sexto** - Quando da vacância permanente da Secretaria Executiva, deverá o Presidente convocar, no prazo mais rápido possível e conveniente, nova sessão da Assembléia Geral que tenha como pauta mínima eleger um substituto ao cargo vacante. **Parágrafo Sétimo** - A dispensa da Secretaria Executiva por falta grave deverá ser objeto de apreciação de Assembléia Geral Extraordinária nos 60 (sessenta) dias posteriores à medida, para referendo ou reforma da deliberação do Presidente. **Seção III - Da Secretaria Executiva. Subseção I - da natureza e composição.** **Artigo 35** - A Secretaria Executiva é uma estrutura profissional a ser instituída cuja competência e função é a gestão diária e administrativa da entidade que não se confunda com a gestão deliberativa e estratégica atribuída à Assembléia Geral e ao Conselho Diretor. **Parágrafo Único** - Os cargos maiores da Secretaria Executiva devem ser preenchidos por pessoas que atendam a critérios técnicos e capacidade profissional comprovada, com perfil profissional e pessoal previamente estabelecido. **Artigo 36** - A Secretaria Executiva será encabeçada por um(a) Secretário(a) Executivo(a). **Parágrafo Primeiro** - No cumprimento de suas funções, o Secretário Executivo se reportará ao Presidente da Associação. **Parágrafo Segundo** - Ao Conselho Diretor competirá à prerrogativa de indicar, a partir da segunda Assembléia, nome para o preenchimento do cargo de Secretário Executivo. **Parágrafo Terceiro** - A partir da segunda composição de cargos competirá ao(a) Secretário(a) Executivo(a) a prerrogativa de indicar nomes para o preenchimento dos cargos de segundo escalão da Secretaria Executiva. **Parágrafo Quarto** - Constitui falta grave passível de punição e exclusão a utilização abusiva das prerrogativas estipuladas nos parágrafos anteriores assim configurada, por exemplo, a indicação reiterada de parentes ou protegidos ou a indicação de caráter conflituoso que se sabe, a princípio, não será aceita pelo órgão a quem cabe julgar os nomes aos cargos, de tal sorte que resulte sabidamente por antecipação em recusa continuada e vacância do cargo. **Artigo 37** - O Secretário Executivo será o responsável pelo funcionamento da



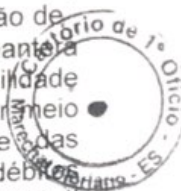
[Handwritten signature]

8
Secretaria Executiva e gerenciará os recursos humanos profissionais locados em toda a organização. **Parágrafo primeiro** - São atribuições e competências da Secretaria Executiva as que forem estabelecidas em outros artigos desse estatuto, as que forem discriminadas em seu Regimento Interno e demais normas acessórias ao estatuto, as que lhe forem delegadas pela Assembléia Geral e, também: I - Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, regimentais e das demais normas de conduta da organização, - Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, promovendo sua representação em todas as instâncias por presença pessoal ou outorga específica e determinada de poderes, III - Auxiliar na convocação da Assembléia Geral e secretariar suas sessões, IV - Supervisionar as atividades da Associação, promovendo os atos necessários à sua administração, V - Exercer as atribuições que lhe forem cometidas ou delegadas pela Assembléia Geral ou seu Presidente, VI - Planejar, coordenar e executar as atividades de trabalho da Associação, de acordo com as políticas e estratégias gerais aprovadas pela Assembléia Geral, VII - Coordenar as ações financeiras da instituição, prestando conta aos órgãos superiores da Associação, VIII - Admitir, promover e demitir empregados em conjunto com o Presidente da Associação em conjunto com o Conselho Diretor, IX - Apresentar ao Conselho Fiscal, contas, livros, registros, balanço e demais documentos da instituição, X - Celebrar convênios, financiamentos, contratos, parcerias e termos de parcerias com instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, nacionais ou internacionais, que se enquadrem nos termos de sua competência e do Plano de Trabalho aprovado, XI - Promover ou autorizar o pagamento das despesas e das contas da Associação, assinando sempre em regime de dupla assinatura com o Presidente, XII - Participar de Reuniões da Assembléia Geral com direito a voz, XIII - Aprovar a aceitação de doações sem encargos e condições, bem como as que possam acarretar ônus de qualquer natureza e tenham sido previamente aprovadas pela Assembléia Geral, XIV - Prover os órgãos da Associação de todo instrumental necessário ao seu funcionamento, XV - Abrir e movimentar contas bancárias devendo para tanto observar regime de dupla assinatura segundo determinação do Conselho Diretor, XVI - Contratar, distratar e representar em geral a Associação, de acordo com a delegação da Assembléia Geral, XVII - Promover a prestação de contas da entidade, XVIII - Exercer proba e fielmente as funções de seu cargo e as que venham a lhe ser delegadas pela Assembléia Geral. **Parágrafo Segundo** - O Secretário Executivo responderá pelas suas funções, e, face ao Conselho Diretor pelas funções que delegar ou aquelas às quais instituir procurador. **Seção V - Do Conselho Fiscal. Artigo 38** - O Conselho Fiscal tem o encargo de zelar pela missão da entidade e o bom uso do patrimônio social, atuando como fiscal, e tendo competência mínima para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade. **Artigo 39** - O Conselho Fiscal será composto de três membros titulares e seus respectivos suplentes, que assumirão em caso de vacância dos titulares, eleitos pela Assembléia Geral juntamente com o Conselho Diretor. A composição e possível competência extensiva do Conselho Fiscal será delimitada pela sessão que o eleger. **Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho Fiscal não serão necessariamente associados ou membros da Associação, e sua composição deverá privilegiar a isenção das pessoas que o compuserem e sua origem no que diga respeito a setores sociais expressivos e importantes para o trabalho da Associação. **Parágrafo Segundo** - A Assembléia Geral poderá determinar, sempre que assim entender conveniente, nova composição do Conselho Fiscal. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho Fiscal têm mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos apenas 1(uma vez) sucessivamente, e elegerão entre si um presidente, que poderá ser substituído a qualquer momento por simples deliberação interna: I - No cumprimento de sua competência mínima, o Conselho Fiscal terá acesso franqueado e irrestrito a todos os livros e controles da Associação, todos seus arquivos, registros e dependências, II - Os membros do Conselho Fiscal devem comunicar formalmente à Assembléia Geral sempre



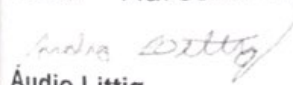
que souberem de alguma irregularidade que tenha possibilidade de ser malversação de recursos. **Capítulo VI - Da Prestação de Contas: Artigo 40** - A Associação mantê-la prestação de contas na qual: Observar-se-ão os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade; I - Dar-se-á publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, II - Sem prejuízo das auditorias internas realizar-se-á auditoria externa anual por auditores

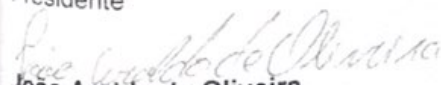
externos independentes, da aplicação de todos os recursos da Associação e, em especial, dos eventuais recursos objeto de Termos de Parceria previstos na lei 9790/99, III - Observar-se-ão as determinações do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal em respeito à prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública. **Parágrafo único** - As prestações de contas anuais serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados da Associação, devendo ser instruída com os seguintes documentos: a. Relatório anual de execução de atividades, b. Demonstração de resultados do exercício, c. Balanço patrimonial, d. Demonstração das origens e aplicações de recursos, e. Demonstração das mutações do patrimônio social, f. Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário, g. Parecer e relatório de auditoria, e h. Parecer do Conselho Fiscal. **Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Transitórias: Artigo 41** - Os mandatos consideram-se automaticamente prorrogados até a posse dos sucessores. **Artigo 42** - A alteração estatutária somente será válida se fizer parte de pauta prévia e específica. **Parágrafo Único** - São cláusulas péticas deste estatuto os artigos terceiro e quarto e seus incisos. **Artigo 43** - Os Membros da Associação não podem, em nome da entidade, em qualquer circunstância, aceitar doações, avalizar ou endossar títulos de crédito referentes a obrigações estranhas a seu objeto social e atividades a não ser quando aprovadas pela Assembleia Geral, pelo Presidente ou pelo Secretário Executivo no cumprimento de suas competências, com delegação de poderes específica. **Artigo 44** - Os funcionários da Associação poderão representar a organização nos limites de seus contratos nos quais deverá constar seus encargos e tarefas, ou por procuração determinada para fins específicos. **Artigo 45** - É vedada a obtenção de benefícios ou vantagens pessoais da Associação, de forma individual ou coletiva, em decorrência da participação dos associados, dirigentes ou empregados e seus familiares no respectivo processo decisório da entidade. **Parágrafo único** - A Associação deverá adotar práticas de gestão administrativa, patrimonial e financeira necessárias e suficientes a cumprir o estabelecido no caput deste artigo, entendendo-se por benefícios ou vantagens pessoais os obtidos pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau ou, ainda, pelas pessoas jurídicas das quais sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias. **Artigo 46** - Caso a Associação seja reconhecida enquanto OSCIP e, posteriormente, venha a perder seu enquadramento como organização da sociedade civil de interesse público, todo o patrimônio e direitos adquiridos com recursos públicos durante o período que durou o enquadramento deverá ser transferido a outra pessoa jurídica com a mesma qualificação, de fins sociais iguais ou semelhantes conforme Lei 9790. **Artigo 47** - Toda e qualquer interpretação da aplicação dos conceitos e determinações desse estatuto, assim como os casos omissos, serão disciplinados pelo Regimento Interno, Assembleia Geral, seu Presidente ou Secretário Executivo, nessa ordem hierárquica de preferência. **Artigo 48** - São normas da Associação esse estatuto e suas normas acessórias aí entendidas, em ordem hierárquica, seus códigos de conduta, o Regimento Interno da Associação, os Regimentos Internos das Gerências Temáticas, as deliberações da Assembleia Geral, as portarias e determinações da Secretaria Executiva. **Parágrafo único** - O estatuto é a norma maior da Associação e hierarquicamente superior a todas as outras. **Artigo 49** - O conflito de interesses contra a Associação é impedimento para o pleno exercício dos direitos e



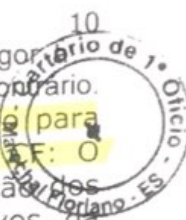
[Handwritten signature]

competências definidos nesse estatuto. **Artigo 50** – Este Estatuto entra em vigor a contar da data de sua aprovação. **Artigo 51** – Revogam-se as disposições em contrário. Soído De Baixo, Marechal Floriano – ES, 23 de dezembro de 2008". b) Eleição para composição dos cargos: Conselho Diretor – CD; e Conselho Fiscal – CF: O Presidente esclareceu aos participantes os critérios quanto à participação dos interessados em compor chapas a concorrerem aos cargos eletivos da entidade. Consultou o plenário sobre a apresentação de chapas, ficando registrada apenas uma chapa, cujos os nomes foram apresentados e após discussão receberam aprovação unânime através da votação executada para este fim, formando a seguinte composição para a gestão dois mil e nove a dois mil e dez: Conselho Diretor: Presidente – Áudio Littig, 1º Vice-Presidente – Felipe Augusto de Oliveira, 2º Vice-Presidente – Wagner Mauro Christ, 1º Tesoureiro – Helvécio Klein, 2º Tesoureiro – Valdir Klein, 1º Secretário – João Aroldo de Oliveira, 2º Secretário – Erli Klein; Conselho Fiscal: Titulares – Beneval Kuster, Aldenir Domingos, Glandualdo José Stein; Suplentes – Ernandes Lauer, Arthur Bullerjahn, Heliomar José Christ. Imediatamente após à votação a nova composição do Conselho Diretor e Conselho Fiscal foi empossada, cada membro em seu respectivo cargo; c) Outros Assuntos de interesse da Entidade: Neste item foram feitas sugestões quanto a um novo formato de ficha de inscrição para novos sócios e atualização de dados cadastrais, ficando o no Conselho Diretor deliberar a respeito, Também foi discutida a instalação de um escritório para atendimento aos serviços da ADESB, onde o CD deverá tomar as devidas providencias. Complementando esse ponto, foi comentado acerca de providencias quanto à aquisição de sede própria para a Entidade no futuro, Ainda foram transmitidos de maneira rápida informações sobre a gestão que finda no final deste ano, apresentando vários pontos positivos e favoráveis ao trabalho da Associação, Também foi facultada a palavra aos visitantes em especial a Vereadora Gabriela Stokl Ronchi que parabenizou os novos diretores, ensejou sucesso e se colocou à disposição da comunidade enquanto agente fiscalizador do poder executivo municipal. Verificando que não haviam mais assuntos a serem apresentados, o Presidente finalizou a reunião agradecendo a todos, em especial a gestão que se encerra no próximo dia trinta e um e a todos os que apoiaram o trabalho dos diretores e da Associação nos últimos anos e não havendo outras manifestações deu por encerrada esta Assembléia. A lista dos presentes à Assembléia encontra-se registrada no livro de presenças às Assembléias da ADESB à página um. A presente ata segue assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário. Soído de Baixo - Marechal Floriano – ES, vinte e três de dezembro de dois mil oito.


Áudio Littig
Presidente


João Aroldo de Oliveira
1º Secretário


Valdir Klein
11/12/08



**CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE MARECHAL FLORIANO - ES**

PROTOCOLO L° A-1, N° 1785, PAG. 022V

REGISTRADO SOB O N° 142 DO LIVRO A-0002

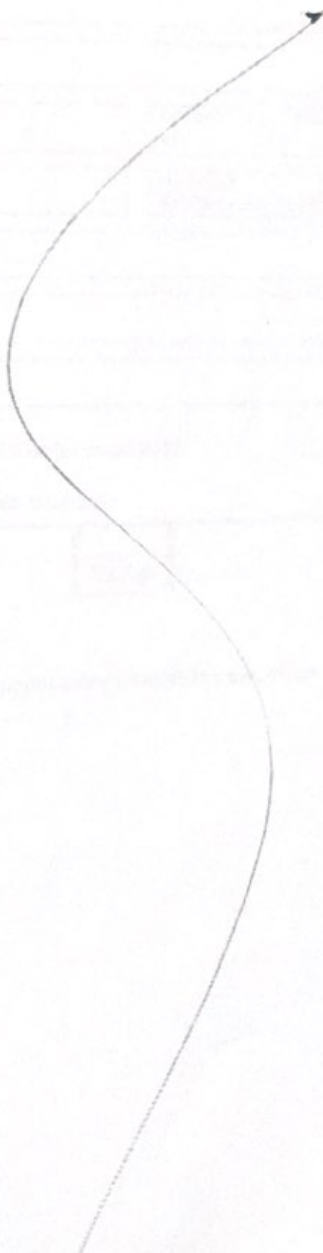
DATA 15 DE MAIO DE 2009

O Oficial _____

**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA COMARCA
DE MARECHAL FLORIANO - ES
CNPJ 00.677.339/0001-27**


**RUY BORG
OFICIAL SUBSTITUTO**

Rua David Canal, n° 27, Ed. Alcino De Nadai, Sala 03, Centro,
Marechal Floriano - ES - CEP 29.255-000 - Tel.: (27) 3288-1478




Contribuinte,

Para os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 0.838.384/0001-70 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 15/05/2009 ✓	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE SOIDO DE BAIXO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DESB			
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 4.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 999-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
ENDEREÇO RUA JOAO BATISTA KLEIN		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 9.255-000	BAIRRO/DISTRITO SOIDO DE BAIXO	MUNICÍPIO MARECHAL FLORIANO	UF ES
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/05/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.			
Emitido no dia 20/07/2009 às 15:16:42 (data e hora de Brasília).			

Voltar

 Preparar página para impressão

RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
 Atualize sua página



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 082742009-07001050

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SÓCIO DE BAIXO
10.838.384/0001-70

Salvo o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam débitos em seu nome relativos a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A certidão, emitida em nome da matriz, é válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as inscrições em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de certidão Conjunta PGFN/RFB.

A certidão tem as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e exceções, exceto para:

- constituição de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- alteração de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou formação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- alteração de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples, inclusive a sucessão de cisão total, fusão ou incorporação.

A validade desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

A certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida em 25/07/2009.

Válida até 21/01/2010.

A certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREVIDÊNCIA SOCIAL
A seguradora do trabalhador brasileiro



Consulta Regularidades Junto ao Fisco Previdenciário

RF: 07.0.01.05.0 - ARF - CARIACICA (ES)

GC: 10.838.384/0001-70

OME: ASSOCIACAO DE DESENVOL COMUNTARIO DE SOIDO DE BAIXO

GC: 10.838.384/0001-70

TUACAO: 01 - NORMAL DATA: 15/05/2009 D.INICIO ATIV.: 15/05/2009

MTA GFIP: 05/2009

MTA FISCALIZACAO: 00/0000

MTA CND EMITIDA: EMITIDA EM: 00/00/0000

ESTABELECIMENTOS QUE NAO CONSTAM NAO TEM RESTRICAO A EMISSAO DA CND

Existência de restrições é impeditiva para emissão da CND. Esclarecimentos a relatórios de restrições poderão ser obtidos pelo contribuinte ou representante legal em uma Agência da Previdência Social da jurisdição de sua empresa.

Deseja Cadastrar um Pedido de Certidão Negativa de Débito ?

Sim Não



PREVNET

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



CERTIDÃO CONJUNTA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE SOIDO DE BAIXO
CNPJ: 10.838.384/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:21:52 do dia 27/08/2009 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/02/2010.

Código de controle da certidão: **5E9F.65F9.9658.4406**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta



Preparar página
para impressão